



Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais – FAJS

Curso de Relações Internacionais

MÁXIMO HELDER MEIRELES NUNES FILHO

# O Construtivismo e a Inserção do Movimento de Gênero na Agenda de Discussão Internacional

Brasília,

Novembro/2014



MÁXIMO HELDER MEIRELES NUNES FILHO

# **O Construtivismo e a Inserção do Movimento de Gênero na Agenda de Discussão Internacional**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de Relações Internacionais pela  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais  
do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Carlos Ricardo Caichiolo

Brasília,  
Novembro/2014

MÁXIMO HELDER MEIRELES NUNES FILHO

# **O Construtivismo e a Inserção do Movimento de Gênero na Agenda de Discussão Internacional**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de Relações Internacionais pela  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais  
do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Carlos Ricardo Caichiolo

Brasília, 17 de novembro de 2014

## **Banca Examinadora**

---

Ricardo Caichiolo

Prof. Orientador

---

Gabriel Mattos Fonteneles

Prof. Examinador

---

Aline Thomé Arruda

Prof. Examinador

*Dedico este trabalho aos meus amados pais, querida irmã, maravilhosos amigos e incríveis professores que fizeram parte dessa estupenda jornada.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço, primeiramente, a Deus que me permitiu chegar até esse momento da minha vida.*

*Segundo, agradeço ao professor Carlos Ricardo Caichiolo por ter me aceitado de bom grado como orientando.*

*Agradeço aos meus amados pais que estiveram comigo, apoiando-me a cada vitória na trajetória universitária. Assim como a minha querida irmã, aos meus familiares e verdadeiros amigos que, de alguma forma, sempre prestaram carinho e dedicação.*

*E a todos os professores que me auxiliaram no processo de me tornar um legítimo internacionalista.*

*La paz no es solamente la ausencia de la guerra; mientras haya pobreza, racismo, discriminación y exclusión, difícilmente podremos alcanzar un mundo de paz.*

***Rigoberta Menchú***

## SUMÁRIO

RESUMO .....	7
ABSTRACT .....	8
INTRODUÇÃO.....	9
Capítulo I – As Relações Internacionais contemporâneas e suas origens. O Construtivismo e as ideias coletivas.....	12
1.1 As Relações Internacionais Contemporâneas e suas Origens.....	12
1.2 O Construtivismo e as Ideias Coletivas .....	15
Capítulo II - A Sociedade Civil, os Movimentos Sociais e a Teoria Feminista: suas influências nas Relações Internacionais contemporâneas. ....	255
2.1 A Sociedade Civil organizada e as Relações Internacionais. ....	266
2.2 O Movimento Social contemporâneo e sua influência em RI. ....	299
2.3 A Teoria Feminista, o movimento de gênero e as Relações Internacionais. .	343
Capítulo III - A questão de gênero como agente na discussão da Agenda Internacional. ....	399
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS .....	53





## RESUMO

As Relações Internacionais (RI) passam, desde o fim da Guerra Fria, por mudanças que, muitas vezes, as teorias tradicionais não conseguem explicar ou acabam simplificando a realidade existente para se encaixar em seus paradigmas. Principalmente, devido a essas mudanças de realidade em RI, as teorias tradicionais conflitam-se com as mais modernas. Alguns exemplos de mudanças são a maior desaprovação do uso legítimo da força como forma de linguagem política entre os Estados e o surgimento de novos atores relevantes na sociedade internacional que vão além do Estado no ambiente global anárquico. Pontos esses que incitam análises mais contemporâneas do campo de RI.

A presente monografia tem como objetivo, então, tentar entender, por meio da teoria Construtivista, os motivos pelos quais a questão de gênero não é colocada em um patamar de importância similar a outros assuntos permeadores de RI, como a economia. Para complementar esse propósito, traz-se como auxiliador a influência dos movimentos sociais através da mobilização da sociedade civil. Esses demonstram a importância da ação coletiva dos indivíduos no intuito de priorizar os temas de interesses setorializados representados pelos Estados e dentro da comunidade internacional.

**Palavras-chave:** Construtivismo. Gênero. Movimentos sociais.

## **ABSTRACT**

International Relations (IR) pass, since the end of the cold war, by changes that often traditional theories can't explain or just simplifying the existing reality to fit into their paradigm. And mainly due to these changes of reality in IR that traditional theories conflict with the most modern ones. Some examples of changes are greater disapproval of the legitimate use of force as means a political language between the States and the emergence of new actors relevant to the international society that go beyond the State in the global anarchic environment. These points that incite more contemporary analyzes of the field in the IR discipline.

This monograph aims to understand more through the Constructivist theory the reasons why the gender issue is not placed on a level of importance as other subjects in IR as the economy, for example. To complement this purpose, it brings helper as the influence of social movements by mobilizing civil society. Which show the importance of collective action of individuals in order to prioritize the themes of sectored interests represented by the states and within the international community.

**Keywords:** Constructivism. Gender. Social movements.

## INTRODUÇÃO

O planeta vive em constantes transformações antropomórficas, as quais o ser humano, como indivíduo, tem um papel fundamental. Tais mudanças são influenciadas pela ambição do indivíduo em sempre buscar por novas respostas para seus questionamentos. A globalização acelerou processos e mudou conceitos como o de tempo-espaço, encurtando essa relação e resultando em diversas consequências para o ser humano e de como ele se relaciona com o mundo e entre uns e outros.

Como resultado de tais transformações, a seara das Relações Internacionais recebeu um grande impacto de acordo com o tempo. Estados, apesar de concentrarem muito poder no universo anárquico que o mundo é participante, não mais são considerados como os únicos agentes, atores, desse Sistema e Comunidade Internacionais. O indivíduo foi conquistando espaço para se tornar um agente capaz de iniciar mudanças no mundo, com ou sem a aceitação dos desmandos por vezes ditatoriais do Estado. Segundo Andréia Rosenir,

Não apenas no âmbito das Relações Internacionais, também no campo do Direito Internacional Público, a questão do indivíduo – como ator ou sujeito – sempre se apresentou complexa na conformação de teorias já desenvolvidas por estas disciplinas, por muito tempo direcionadas em torno de caminhos trilhados pelos estadocentrismos, visão afastada da atual realidade globalizante, configurada como uma multiplicidade de novos atores e atores emergentes – entre estes (emergentes) – o indivíduo desponta com firmeza neste dinâmico fenômeno relacional contemporâneo. Pode-se afirmar, nesse sentido, ser impossível desconectar o indivíduo da sociedade internacional – unidade social – à qual efetivamente pertenceu e onde vive.<sup>1</sup>

E essa é uma das grandes transformações que o indivíduo conquistou com o passar do tempo. Graças à organização da sociedade civil e através de movimentos sociais, de organizações não governamentais e organismos internacionais, foram conquistados espaços de diálogo com o Estado e com o restante do planeta. Desse modo, temas importantes como direitos humanos e questões de gênero foram gradativamente ganhando relevância na agenda internacional.

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de e SILVA, Andréia Rosenir da. *Relações internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Unijuí, 2011. p.45.

Contudo, infelizmente, a discussão acerca de gênero como um tema prioritário na agenda internacional não é uma realidade do mundo contemporâneo. Estudos bem desenvolvidos que se debruçaram sobre o tema de forma mais ampla foram elaborados durante a Revolução Cultural da década de 70, principalmente nos EUA e no continente Europeu, mesmo já existindo obras que datavam da década de 40<sup>2</sup> que abordavam o tema. Porém, na América Latina e aqui no Brasil, a questão de gênero foi realmente mais amplamente debatida a partir de meados dos anos 90. Tal fato evidencia o quão recente a pesquisa sobre gênero no país é recente e, muitas vezes, insuficiente.

Desse modo, este trabalho busca compreender melhor os motivos da questão de gênero não ser tão analisada nos estudos de RI, mesmo podendo trazer uma nova visão para a análise das relações dentro da Sociedade Internacional<sup>3</sup>. Mesmo tendo ondas importantes de estudo sobre gênero na academia, com a criação de uma teoria Feminista de Relações Internacionais com sua epistemologia própria, o tema gênero é ainda negligenciado em cúpulas de discussão internacional. É na busca de esclarecimentos para tais questionamentos que o trabalho tratará.

Dividido em três capítulos, o primeiro fará abordagem do cenário Construtivista, uma realidade contemporânea no estudo teórico de Relações Internacionais que fundamentou uma onda de novas teorias mais focadas na possibilidade de influência do indivíduo como ator internacional. Ainda demonstrará em que medida essa nova abordagem das Relações Internacionais conseguiu respaldar o papel do indivíduo como uma agente de mudanças no cenário internacional. Isso ocorreu principalmente através de uma sociedade civil organizada e politizada que, por meio de movimentos sociais, tem suas opiniões expostas tanto nacional quanto internacionalmente.

Já o segundo capítulo buscará demonstrar como age uma sociedade civil organizada, interagindo na busca de concretizações das suas necessidades e como, mais especificamente, a questão de gênero conseguiu se tornar relevante devido às ondas feministas ou a dita Revolução Feminista, demonstrando que os indivíduos podem gerar

---

<sup>2</sup> O Feminismo como movimento organizado tem sua origem no início do século XIX nos estados Unidos e no Reino Unido onde mulheres uniam-se na busca por maiores direitos civis na sociedade da época.

<sup>3</sup> Sociedade Internacional aqui vista como a relação anárquica entre Estados soberanos que dialogam através da diplomacia. O ponto é demonstrar que essa relação entre Estados pode sofrer boas mudanças quando analisamos as consequências dos estudos sobre gênero.

ações que forcem mudanças em todo o globo, não apenas domesticamente. Além disso, buscar-se-á nesse capítulo entender o que é gênero e como ele se encaixa em Relações Internacionais com o auxílio da Teoria Feminista.

O terceiro capítulo irá demonstrar os possíveis motivos pelos quais o gênero ainda é relegado a um segundo plano dentro da agenda internacional, mesmo sendo um tema que debatido em organismos como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia, MERCOSUL e os BRICS.

Nas considerações finais buscar-se-á mostrar que gênero é mais que uma discussão ente uma dicotomia e relação binária entre mulheres e homens ou entre as demais denominações de gênero. É um assunto que envolve direitos humanos e, portanto, que pode trazer diretrizes para uma maior compreensão e diminuição de preconceitos enraizados culturalmente em todo o globo. E, finalmente, que a questão de gênero é, em verdade, um tema que merece ser mais bem discutido na agenda internacional.

## **Capítulo I – As Relações Internacionais contemporâneas e suas origens. O Construtivismo e as ideias coletivas.**

Este capítulo introdutório busca ampliar a compreensão da situação atual das relações internacionais. Para isso, relembrar o início da afirmação da soberania do agente Estado e seu reconhecimento como tal nos estudos em RI é importante. Ademais, é necessário demonstrar que o papel desse agente no pós-Guerra Fria acabou tendo de se modificar, tendo em vista as circunstâncias ocorridas no cenário internacional. O cenário internacional é a estrutura cujo Estado está relacionado dinamicamente. É uma relação onde o Estado influencia e é influenciado por essa estrutura. Estrutura essa, por sua vez, controlada por ideias perpetuadas pelos seres humanos. Trata-se de um conceito induzido pela teoria construtivista, a qual já traz consigo premissas de que a realidade e o que existe nela são uma formação coletiva de ideias dos seres humanos que introduz uma cultura conjunta de normas, instituições e papéis que, quando unidas, acabam induzindo cenários internacionais diversos em diferentes tempos e locais no percurso da história das RI.

### **1.1 As Relações Internacionais Contemporâneas e suas Origens.**

As Relações Internacionais, desde a Paz de Westphalia, em 1648, que inaugurou o princípio da relação soberana entre os Estados e que criou o balanço de poder, passou por ciclos de conflitos caracterizados pela ação monopolística daqueles, os quais até a virada cultural da década de 70 do século passado e o surgimento e mudanças nas teorias tradicionais vigentes, eram os únicos agentes<sup>4</sup> que influenciavam e modificavam o sistema internacional. A partir dessa realidade de mudanças da virada cultural, iniciou um processo de contestação do poderio concentrador do Estado nas análises e estudos sobre as RIs. Destaca-se principalmente o debate acerca da legitimidade do uso da força por parte do Estado como linguagem política no cenário internacional, visão que pode ser considerada como um dos arcaísmos teóricos do tradicional realismo.

---

<sup>4</sup> O termo “agente” será mais utilizado no decorrer dessa monografia devido aos conceitos construtivistas que virão mais adiante. Contudo, também são sinônimos do Estado os termos “atores” e “sujeitos” das relações internacionais. Esse último mais expressivo quando se aborda o Direito Internacional.

Após a década de 70 do século XX, fatores diversos, oriundos das influências de discussões acerca da incapacidade estatal em conseguir defender os chamados “interesses nacionais”, seja no âmbito de desenvolver soluções favoráveis aos seus nacionais seja no de não conseguir evitar crises com os demais países, impulsionaram as reflexões acerca do papel do indivíduo nas Relações Internacionais.

A partir de então, os indivíduos começaram a ser considerados como novos agentes, verdadeiros atores internacionais, em conjunto com o até então exclusivo papel desempenhado pelo Estado nacional. De acordo com Evangelista, acadêmicos

(...) chamavam a atenção para a análise dos chamados atores não-estatais ou não governamentais (...) e para sua capacidade em interferir em processos internacionais. Uma vez constatada essa interferência, estas entidades passariam a ser reconhecidas como atores na arena internacional – atores internacionais – e 'competidores' dos Estados nacionais<sup>5</sup>.

Desse modo, as interferências por parte dos “atores não governamentais” em temas como globalização, emancipação sexual, avanço tecnológico, criação e ação de organismos internacionais, organizações não governamentais (ONG) e proteção internacional do meio-ambiente, os quais adentravam nessa nova agenda internacional de discussão, foram ampliadas e reconhecidas nas sociedades democráticas avançadas. Tais temas acabaram modificando e influenciando a realidade de atuação não apenas dos Estados nacionais e como eles, a partir daquele momento, agiriam tanto na seara doméstica quanto na internacional. Mas também como agiriam a partir daquele momento entre si e entre os demais emergentes atores do novo sistema internacional em voga.

Por isso, esses novos atores deveriam ser valorizados, já que os Estados, antes únicos agentes soberanos, começaram a sentir que deveriam ao menos levar em consideração essas novas opiniões quando seu poder decisório fosse reclamado. Claro que ao levá-las em consideração, não necessariamente os Estados as considerariam como parte mais influente da decisão, parte essa ainda delegada ao poder soberano estatal. Apenas abria uma grande oportunidade para minorias antes negligenciadas

---

<sup>5</sup> EVANGELISTA, Ana Carolina Pires. *Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das Relações Internacionais*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa San Tiago Dantas de pós-graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.



pudessem ser ouvidas. Ademais, reflete na maneira como o sistema internacional globalizado e contemporâneo é observado, pois o papel dos atores não estatais nessa nova possibilidade de compreensão do sistema internacional acaba ampliando a visão puramente estatocêntrica vigente. Auxilia, desse modo, na busca por maior compreensão dos fenômenos inter e intra estatais em Relações Internacionais e suas consequências nessa realidade. Ao valorizar a real capacidade modificadora que os insurgentes atores possuíam dentro da realidade internacional houve, então, um reflexo na busca por compreensões não estatocêntricas da política internacional, sobre as mudanças globais - fossem elas econômicas ou sociais -, e o real papel dos atores não estatais<sup>6</sup> no cenário mundial.

Nesse sentido, Jackson e Sorensen (2007, p. 92), ao discorrer sobre o pensamento sobre as mudanças nas questões de RIs, afirmam que

“[...] as tradições consagradas de RI não conseguem compreender as mudanças na política mundial do pós-Guerra Fria. Sendo assim, as abordagens recentes deveriam ser entendidas como ‘novas vozes’ que tentam indicar um caminho para uma disciplina acadêmica de RI mais sintonizada com as relações internacionais do início do novo milênio”.<sup>7</sup>

Atualmente, no mundo contemporâneo de democracias ocidentais avançadas, muitos são os temas que merecem ser inseridos na agenda internacional. Fatos históricos das últimas décadas como o movimento antiglobalização que influenciou movimentos sociais de expressão internacional nos anos 90 e o fim da Guerra Fria, como levantado por Jackson e Sorensen no trecho acima, têm levantado muitas questões que superam a situação interna de um país e as expõe em nível mundial. Tais questões variam desde a área econômica, como por exemplo, as consequências na América Latina da situação atual pós-crise econômica de 2008 dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Europeia, até questões militares, como o conflito em andamento atualmente na Síria, os quais causam impactos em todo o globo.

Contudo, por que tais temas são analisados sendo que há uma diversidade de outros temas tão urgentes quanto? É válido tentar entender os motivos pelos quais

---

<sup>6</sup> EVANGELISTA, op. cit., p. 81.

<sup>7</sup> JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007 p.92.

alguns temas são considerados mais importantes, ou melhor, dizendo, mais urgentes que outros, como por exemplo, a questão de gênero. Este último tem sido bastante estudado academicamente; porém, se houvesse uma lista geral de temas prioritários em RI, provavelmente esse segmento estaria nas últimas posições.

Não é o objetivo de este trabalho desqualificar um ou outro tema, valorando-os como “mais” ou “menos” relevantes; trata-se tão somente de demonstrar que a análise do campo de Relações Internacionais segue um tipo de cultura coletiva de estudo, a qual privilegia determinados temas em detrimento de outros.

Novamente, todos os assuntos que são estudados no campo de RI tem seu valor, seja para fins acadêmicos, seja para auxiliar a encontrar soluções para reais conflitos imediatos que merecem ter respostas claras e objetivas de implicação na realidade de forma ágil. Porém, há assuntos que são mais estudados do que outros - o que determina sua urgência ou sua necessidade de análise? O objetivo deste trabalho é justamente observar a criação dessa estrutura hierárquica de temas e entender o porquê das questões de gênero não se inserirem em um *ranking* principal, apesar de sua relevância, na medida em que elas muitas vezes estão relacionadas aos direitos humanos, bem como à questões econômicas e ambientais. Para responder a esta indagação, a teoria construtivista será muito útil.

## 1.2 O Construtivismo e as ideias coletivas

Busca-se aqui a aplicação da melhor teoria, não a correta teoria, pois em RI não há uma única visão teórica certa, mas várias nuances de análise de um mesmo objeto. Segundo Jackson e Sorensen, “precisamos das teorias que nos indicam quais pontos são importantes, isto é, estruturam nossa interpretação acerca do sistema global. As teorias têm por base certos valores e, muitas vezes, contêm visões de como queremos que o mundo seja”<sup>8</sup>. Nesse sentido, optou-se pelo construtivismo. Pois, a teoria Construtivista, que apesar de não existir consenso entre os autores, faz parte do quarto debate em RI<sup>9</sup>, auxiliará no entendimento da questão gênero nos debates de RI contemporâneo.

---

<sup>8</sup> JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007

<sup>9</sup> As análises em Relações Internacionais passaram por fases as quais se chamam de debates, pois grupos acadêmicos de perspectivas dissonantes discutiam entre si. Dividiram-se as discussões entre o liberalismo

Foi no final da passada década de 80 que o construtivismo teve seu início. Indica, assim, que a teoria é recente no debate de RI. Segundo Castro,<sup>10</sup> uma das divergências entre as tradicionais análises e esta é que não mais se intitula o Estado como “ator” ou “sujeito”. A partir de então o termo seria “agente”. Isso se deve ao fato de que o Estado é ainda o principal tomador de decisões no cenário internacional. Isso exemplifica o cunho ontológico da teoria, ela sendo síntese das abordagens da teoria do ser ou na definição de como esse Estado (agente internacional) se insere na realidade existente e preexistente através das suas capacidades decisórias e de interlocução<sup>11</sup>. Wendt (1999) foi precursor desse papel mais ativo do Estado nas teorias contemporâneas, conforme se observará mais adiante. Ademais, denominar o Estado como agente corrobora a dicotomia agente-estrutura, a qual serve como base para o construtivismo como teoria.

Por ser mais moderna, uma das dificuldades encaradas por essa teoria é que muitos estudiosos acabam por inseri-la apenas como uma variação do pós-modernismo e o pós-estruturalismo. Além de considerá-la um apanhado sintetista das abordagens tradicionais, ou ainda que por suas matrizes oscilarem entre o realismo construtivo e o idealismo construtivo,<sup>12</sup> acabam, em parte, retirando a individualidade epistemológica e ontológica intrínseca à teoria. Mesmo assim,

o construtivismo trouxe inovações revolucionadoras nos aspectos ontológicos e sobre a compreensão dos valores e da importância da conscientização humana em questões internacionais. O mundo físico e humano é estruturado em convenções concretas e abstratas, enquanto que as regras e os valores que robustecem este mundo são construídos pelos seres humanos e por instituições por meio de articulações densas, constantes e mutuamente estruturadas.<sup>13</sup>

Assim, é possível ter o construtivismo, talvez, não mais como uma pura síntese, mas sim como uma nova visão mais humanizada do que é RI. A constatação de o construtivismo tem como premissa a associação da “forma de mútuas ações com o

---

utópico e o realismo no primeiro debate, enquanto o segundo debate entre as abordagens tradicionais e a behaviorista. Já o terceiro entre neo-realismo/neoliberalismo e o neomarxismo enquanto o quarto mais recente historicamente é entre as tradições consagradas e as análises alternativas pós-positivistas, incluindo-se o construtivismo.

<sup>10</sup> CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012 pp 388-389.

<sup>11</sup> CASTRO, Thales. Op.cit p386.

<sup>12</sup> CASTRO, Thales. Op.Cit p.390

<sup>13</sup> CASTRO, Thales. Idem.

processo dinâmico envolvendo agentes e estrutura de maneira a construir o *ethos* das Relações Internacionais”<sup>14</sup>. Desse modo, imprime-se uma possível ampliação no diálogo entre agentes e estrutura que modifica a rigidez de outrora dos pensamentos tradicionalistas. Assim, “uma abordagem construtivista pode avançar muito em direção a uma explicação sistemática da mudança nas relações internacionais”,<sup>15</sup> já que a teoria construtivista expande o rol de atores internacionais abarcados pela teoria realista ao seu modo. O construtivismo inclui na realidade anárquica de RI tanto o Estado quanto os indivíduos (na forma de sociedades politicamente organizadas, dentro do cenário internacional) em uma forma nas quais ambas as partes de forma dinâmica se influenciam dentro de uma dicotomia entre agente (Estado) e estrutura (cenário internacional). Dessa forma seria possível se alcançar uma maior compressão das causas das mudanças do cenário internacional global contemporâneo. De acordo com Jackson e Sorensen, “O enfoque do construtivismo está na conscientização humana e no seu papel nas questões mundiais”<sup>16</sup>: tal conclusão auxilia no entendimento de que é essencial novas abordagens aos debates atuais, pois ilustram a exigência de novas teorias mais adequadas à realidade histórica e política complexa. De fato,

o mundo social não é uma realidade dada, isto é, não é algo que está lá fora e existe independentemente dos pensamentos e das ideias das pessoas envolvidas. [...] O mundo social não faz parte da natureza e não existem leis naturais da sociedade, da economia ou da política. [...] Tudo aquilo que é inerente ao mundo social dos indivíduos é elaborado por eles mesmos – sendo assim, o fato de os homens o construírem, o torna compreensível. O mundo social é um mundo da consciência humana: de pensamentos, ideias e conceitos, de linguagem e discursos, de sinais, indicações e entendimentos entre os seres humanos, especialmente entre grupos de seres humanos, como Estados e nações.<sup>17</sup>

Um dos estudiosos mais ambiciosos no desejo de criar as bases teóricas desse novo prisma de análise em RI e no intuito de ter novas respostas aos dilemas políticos das relações internacionais foi Wendt, como dito anteriormente. O seu artigo “Anarchy is

<sup>14</sup> CASTRO, Thales. Op.Cit, p. 386.

<sup>15</sup> ADLER, Emanuel. *O construtivismo no estudo das relações internacionais*. São Paulo. Lua Nova [online]. 1999, n.47, pp. 231. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: agosto de 2013.

<sup>16</sup> JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007 p.341

<sup>17</sup> JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Op.Cit. p.342

What States make of It” (1999) é referência para a teoria construtivista, e desde então ela tem sido trabalhada por diversos autores e associada às Relações Internacionais.

Uma das percepções de Wendt é que apesar de existir uma centralidade estatutária<sup>18</sup> (estatocêntrica), questões movimentadas pela sociedade em coletivo e suas ideologias são as que realmente norteiam a vontade do Estado. Não seria uma verticalidade imposta dos desejos do Estado à sociedade. O Estado agiria a partir das decisões da cultura social advinda das ideias sociais. E entende-se aqui como cultura social a relação dinâmica entre os diversos agentes de relações internacionais (Estados e sociedade internacional) que geram uma realidade na qual tanto o Estado é influenciado pela ação dessa sociedade internacional organizada e vice-versa.

Segundo Faro, o Construtivismo é:

Uma teoria estrutural [que] postula que é possível se conceber uma “cultura” do sistema internacional que afete não apenas o comportamento mas também as identidades dos atores (estados). Embora formulada em estilo de grande abstração e generalização, a teoria de Wendt pretende defender que é possível considerar a formação de uma “cultura” do sistema internacional que tenda a gerar uma “reflexividade” ou “auto-compreensão” sistêmica. Isto é proposto como parte de um esforço de dar sentido à idéia da possibilidade de que o sistema pratique uma “auto-intervenção” promovendo reformas institucionais de maneira equivalente ao que seria a “terapia” para o indivíduo.<sup>19</sup>

E ainda segundo Emanuel Adler

Os construtivistas acreditam que as relações internacionais consistem primariamente em fatos sociais, os quais são fatos apenas por acordo humano. Ao mesmo tempo, os construtivistas são “realistas ontológicos”; acreditam não apenas na existência do mundo material como que “esse mundo material oferece resistência quando agimos sobre ele”<sup>20</sup>.

Desse modo, observa-se que a teoria construtivista analisa um ambiente internacional mais livre e flexível quando ao considerar o plano das ideias, quanto ao seu poder de modificar o plano da realidade por meio das ações sociais desabrochadas

<sup>18</sup> WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 8. Disponível em: <http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam032/98048329.pdf>. Acessado em: 30 de novembro de 2013.

<sup>19</sup> DE CASTRO, Marcos Faro. *De Westphalia a Seattle: A teoria das Relações Internacionais em transição*. Brasília. 2001, n.20. p. 47 e 48.

<sup>20</sup> ADLER, Emanuel. *O construtivismo no estudo das relações internacionais*. São Paulo. Lua Nova [online]. 1999, n.47, pp. 206. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: agosto de 2013.

pelas ideias dos humanos. Pois, os Estados, sendo os atores internacionais quem detêm o poder decisório final em questões de políticas tanto nacionais quanto internacionais, acabam por considerar os movimentos sociais e as ideias neles contidos como uma forma de se autoanalisar. Assim, o Estado recebe uma forma de *feedback* das suas decisões. Desse modo, os agentes de política internacional, incluindo-se os Estados e a sociedade civil organizada, estariam permitidos à "autoavaliação" assim como faz um indivíduo quando vai à terapia psicanalítica. Assim, os Estados que fazem parte das democracias avançadas podem absorver melhor os novos desafios que se apresentam, sem tomar decisões com um único viés realista, que segundo Adler (1999) explicaria as relações internacionais como simples respostas comportamentais às forças da física que atuam em objetos materiais a partir do exterior<sup>21</sup>. Não há tais forças físicas nem objetos materiais no construtivismo, como elucidado no primeiro de quatro pontos, os quais exemplificam que para a abordagem construtivista:

(i) as relações humanas, inclusive as relações internacionais, consistem essencialmente de pensamentos e ideias e não de forças ou condições materiais; (ii) as crenças intersubjetivas (ideias, concepções, suposições etc) comuns entre as pessoas constituem o elemento ideológico central enfocado pelos construtivistas; (iii) essas crenças comuns compõem e expressam os interesses e identidades das pessoas: como o modo que se concebem as suas relações; (iv) os construtivistas ressaltam os meios nos quais essas relações são formadas e expressas – por exemplo, por intermédio de instituições sociais coletivas, como a soberania estatal "que não apresenta uma realidade material; mas existe apenas porque as pessoas acreditam, em geral, na sua existência e agem de forma correspondente."<sup>22</sup>

Assim, convém destacar o posicionamento de Faro

que considera os interesses como "socialmente construídos" através de processos afetados em parte por **elementos ideacionais**. Isto leva ao argumento, tipicamente construtivista, de que qualquer política e a própria violência exercida pelo estado são socialmente construídas, isto é, contêm elementos ideacionais que podem ser criticados, ou ao

<sup>21</sup> ADLER, Emanuel. *O construtivismo no estudo das relações internacionais*. São Paulo. Lua Nova [online]. 1999, n.47, pp. 203. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: agosto de 2013.

<sup>22</sup> JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007 p. 341-342

menos expostos à interpretação e possível reelaboração através de práticas sociais participativas.<sup>23</sup>

Tal trecho indica que antes dos interesses que são colocados nas balanças de poder entre os Estados, há “elementos ideacionais” construídos socialmente que determinam quais são os interesses que guiam os Estados em sua ação política. E tais elementos podem ser refeitos quando há uma mudança da cultura social em prol de um tema específico. Pode-se concluir que as ações dominantes dos Estados não são unicamente determinadas por interesses egoístas, por exemplo, de um determinado governo, mas que a participação popular pode determinar quais são os temas que nortearão as políticas estatais. Pois para os construtivistas, completando o pensamento acerca de cultura/conhecimento coletivo, Jackson e Sorensen abordam que

os construtivistas, como os teóricos críticos e pós modernistas argumentam que não existe uma realidade social externa objetiva. O mundo social e o político não formam uma entidade física ou um objeto material exterior à consciência humana. O sistema internacional não é algo que está “lá fora” como o sistema solar – não existe por conta própria, mas somente como uma consciência intersubjetiva entre as pessoas. É uma invenção ou criação humana, não um tipo físico ou material, mas intelectual ou idealizado. É um **conjunto de ideias** (grifo próprio), um acervo de pensamentos, um sistema de normas, organizado por determinadas pessoas em uma época e local particulares. [...] o construtivismo é uma rejeição à teoria positivista em RI.<sup>24</sup>

Portanto, não mais se pode analisar o contexto de RI no mundo contemporâneo complexo por meio de processos único e exclusivamente científicos, nos moldes das análises tradicionais excluindo o papel do ser humano e, conseqüentemente as ideias e a eventual perpetuação destas através do globo. É justamente esse conceito das ideias coletivas que auxiliam na construção das ações do indivíduo para com o Estado e assim, como consequência, na da sociedade poder ser considerada como a responsável pela ação do Estado como um todo, na medida em que o Estado por si só ainda é uma construção do ser humano e perpetuado pela cultura coletiva humana. Emanuel Adler elucida com a seguinte metáfora a explicação:

<sup>23</sup>DE CASTRO. Op.cit. p. 46. Grifo pessoal.

<sup>24</sup>JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007 p. 341-342.

Suponha que você arremesse uma pedra ao ar. Ela pode ter apenas uma resposta às forças físicas externas que agem sobre ela. Porém, se você arremessar um pássaro ao ar, ele pode voar para uma árvore. Embora as mesmas forças físicas ajam sobre o pássaro e a pedra, uma quantidade massiva de processamento interno de informação afeta o comportamento do pássaro (Waldrop, 1992: 232). Finalmente, pegue um grupo de pessoas, uma ou várias nações e metaforicamente os arremesse ao ar. Para onde, como, quando e porquê eles vão não é inteiramente determinado por forças ou constrangimentos físicos; no entanto, de mesmo modo não depende inteiramente de preferências pessoais e escolha racionais. Depende também de seu conhecimento compartilhado, do significado coletivo que eles atribuem à situação, de sua autoridade e legitimidade, das leis, instituições e recursos naturais que eles usam para achar seu caminho, de suas práticas, ou mesmo, algumas vezes, de sua criatividade conjunta.<sup>25</sup>

Depreende-se que não são apenas as ações individuais de cada cidadão de forma unilateral que irão determinar as ações do Estado. São todas as formas de compartilhamento social que vão desde o ambiente externo, físico, geográfico até a forma de se adaptar ao meio em que se convive através de regras, normas, leis, instituições, como citado, entre cada indivíduo que criará uma cultura coletiva.

Adler ainda completa que o “Construtivismo é a perspectiva segundo *o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material*”.<sup>26</sup>

Transpondo esse pensamento para a relação dicotômica entre agente- Estado e estrutura -cenário internacional chega-se a algumas conclusões. A estrutura é movimentada, modernizada, devido às ideias presentes na cultura social dos humanos, que seria um idealismo coletivo no qual aspectos de interesses humanos globais estariam representados. Vê-se uma cultura que se espalha no globo por sociedades internacionais organizadas que utilizam da ferramenta os movimentos sociais como meio de também se sentirem integrantes de decisões internacionais.

---

<sup>25</sup> ADLER, Emanuel. Op.cit. p. 203

<sup>26</sup> ADLER, Emanuel. *O construtivismo no estudo das relações internacionais*. São Paulo. Lua Nova [online]. 1999, n.47, pp. 205. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: novembro de 2013



Então, o agente mor, o Estado, previamente se deixa influenciar por esse conjunto de ideias humanas (a cultura social) em busca de um objetivo comum para tomar decisões. E depois de tomadas as decisões, os reflexos das consequências dos atos tomados pelo Estado influenciam a estrutura. Incorre-se, portanto, em um ciclo onde ambas partes dinamicamente interagem. Resumidamente,

os construtivistas acreditam que a capacidade de reflexão ou aprendizado tem seu maior impacto no modo pelo qual os indivíduos e atores sociais dão sentido ao mundo material e enquadram cognitivamente o mundo que eles conhecem, vivenciam e aprendem. Assim, os entendimentos coletivos dão às pessoas razões pelas quais as coisas são como são e indicações de como elas devem usar suas habilidades materiais e seu poder.<sup>27</sup>

Assim, a ação coletiva dentro do cenário internacional e seu impacto na sociedade atual das democracias avançadas pode ser uma primeira possível explicação do por que alguns temas em Relações Internacionais são mais estudados que outros. Na metáfora de Adler (1999) observou-se que é impossível racionalizar todas as ações de uma nação, por exemplo. Então, há ideias que ficarão a margem do interesse nacional estatal de outras. Isso porque ainda não atingiram um quantitativo suficiente de humanos para gerar uma nova cultura, ou por serem marginalizadas por assuntos mais urgentes, ou até mesmo porque o agente estatal não acredita que deva tomar posições com relação ao tema. E caso menos Estados nacionais desacreditarem ou não apoiarem determinados temas, como a questão de gênero adotado nessa monografia, conseqüentemente ficarão, possivelmente, a margem do cenário internacional também. Assim, questões que são de interesse de um coletivo de nações tornar-se-ão mais urgentes, e alcançarão o topo de estudos dentro da esfera de pesquisa em RI.

Questões de poder também corroboram para que haja uma deferência por determinados temas em detrimento de outros. Um exemplo seria a importância das ações de um Estado dito hegemônico no globo. Hegemônico, pois seus interesses estão mais difusos em todo o mundo do que a de outros países. E suas ações influenciam um maior número de Estados e sociedades. Por exemplo, se um grupo de países hegemônicos na comunidade internacional tem interesses em um determinado tema,

---

<sup>27</sup> ADLER. Op.cit. p. 206

farão com que haja um investimento maior nesses temas. Investimentos como financiamentos em pesquisa. E quanto maiores forem os investimentos nesse tema, mais importantes eles se tornam dentro da sociedade internacional. Consequentemente, empoderaram-se e tornam-se parte do centro de interesses desses Estados. Assim, apesar da teoria construtivista indicar que a sociedade civil organizada pode pautar quais temas são de interesse global, o poder de um Estado hegemônico ou de um grupo de Estados fortes acaba por definir realmente quais serão os temas centrais nas discussões da agenda internacional.

Um bom exemplo seria o da crise econômica desencadeada no ano de 2008. Os EUA seriam o Estado hegemônico, já que um problema que para outros seria apenas doméstico teve implicações mais sérias no decorrer do tempo em toda a sociedade mundial. Muitos países ainda tentam se reerguer tamanha foi o impacto da crise. Tal impacto da crise norte-americana no restante do mundo ocorreu porque, devido após o surgimento da globalização, há interdependência do sistema financeiro internacional e da economia mundial como um todo, por meio das trocas comerciais, industriais e financeiras, facilitando que crises como essas acabam repercutindo em grande parte do mundo.

Por fim, questiona-se ainda se há possibilidade de um tema que não seja de interesse urgente de um país ou de um grupo de países hegemônicos possa ser inserido na agenda internacional. O construtivismo iniciou o debate da importância das ideias para o ser humano e como essas ideias refletem no Estado em seu papel de agente internacional. Porém, como temas como gênero ainda estão aquém do centro da agenda internacional? Se observarmos gênero como um tema intrinsecamente inserido na cultura social dos humanos, que possui um peso, uma relevância devido aos movimentos da sociedade civil organizada, que tem reflexos em âmbito nacional e internacional e que, além disso, afeta parcelas grandes da população mundial - muitas vezes de forma negativa quando se fala de preconceito -, não faz sentido ele estar fora do grande debate internacional.

Claro que a abordagem construtivista em RI proporcionou ao Estado se autoanalisar com relação a vários aspectos, mas, primordialmente, sobre o alcance do

seu poder. Wendt chega em sua análise a atribuir características humanas a Estado<sup>28</sup>. Fato que corrobora a teoria da capacidade que um Estado teria para se autoanalisar conforme respostas da estrutura (cenário internacional). Assim, o Estado teria condições de analisar os temas que a estrutura traz a ele como resultado do compartilhamento de ideias dos humanos, dividindo o poder de decisão com a estrutura.

Infelizmente, o Estado ainda não consegue deixar seu poder soberano dessa maneira. Faz-se necessário que a estrutura acabe forçando mais quais são os temas de seu interesse. E essa necessidade que os humanos têm de serem ouvidos pelos Estados é o movimento social que emana da sociedade civil organizada, tema do próximo capítulo.

Enfim, os movimentos sociais e o seu peso para a legitimação do tema de gênero no estudo de RI são basilares na construção sólida do tema gênero no cenário internacional. Desse modo, é necessário compreender qual é esse fenômeno e sua importância nesse contexto.

---

<sup>28</sup> Devido a sua linha estatocêntrica das Relações Internacionais, Wendt (1999) chega a dar características humanas ao Estado. Isso auxilia a melhor compreensão do Estado como agente de RI e suas funções na relação agente-estrutura.

## **Capítulo II - A Sociedade Civil, os Movimentos Sociais e a Teoria Feminista: suas influências nas Relações Internacionais contemporâneas.**

Como exposto no capítulo anterior, os movimentos sociais foram de extrema importância para que a questão de gênero chegasse até a área de Relações Internacionais. O indivíduo age por meio da sociedade civil e faz-se ouvir perante o Estado usando como um dos mecanismos os movimentos sociais. Movimento social esse que deve abarcar em suas reivindicações o que essa parcela da sociedade civil almeja e o que busca como objetivo final com o movimento. É todo esse processo que possibilita o indivíduo atuar como um agente internacional legítimo, possuindo voz própria e com poder de mudança de cenário tanto doméstico quanto internacional.

Pois, segundo Odete Maria de Oliveira e Andréia Rosenir da Silva

Segundo esse entendimento, a categoria de ator social compreende apenas aqueles agentes que apresentam continuidade de atuação e efetiva capacidade de influenciar, motivar e participar de significativas relações no âmbito das relações sociais internacionais. Trata-se, portanto, de grupos específicos, não de quaisquer grupos, cujos atores e relações formam um conjunto relacional – um todo – vivenciando a realidade da própria sociedade internacional. Logo, nem todo grupo social poderá ser considerado ator internacional. [...] As condições de ser ator internacional [...] estão vinculadas às necessidades concretas e temporais, daí que o conceito de ator passa a ser relativo e temporal, podendo ser assim operacionalizado: “Ator internacional é aquela unidade do sistema internacional (entidade, grupo e indivíduo) que tem habilidade para mobilizar recursos que lhe permitem alcançar seus objetivos e capacidade para exercer influências sobre outros atores do sistema e que goza de certa autonomia”. Nesse sentido, se a lógica da conceituação de ator fixa-se nas condições de habilidade, capacidade e autonomia, para outras concepções os atores alcançam essa qualificação quando adquirem protagonismos, desempenhando papel ativo e dinâmico, sendo considerada parte da própria sociedade internacional.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Maria Odete de. SILVA, Andréia Rosenir da. Gênero como possível ator das Relações Internacionais. In: OLIVEIRA, Maria Odete de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. p. 29-30.

Assim, a sociedade civil politicamente organizada estabeleceu novos parâmetros para o estudo de Relações Internacionais em grande parte pela movimentação desses novos atores internacionais. E a consequência de tal ato foi justamente uma nova interpretação do sistema internacional além das visões tradicionalistas. Isso é uma das faces atuais e contemporâneas de RI.

O movimento feminista, principalmente, pode ser um desses novos atores sociais os quais conseguiram emergir no cenário internacional com propósitos e ações que motivaram pessoas em todo o globo. Apesar de diferenças culturais e de anseios dentro do próprio movimento feminista – muitas das ações promovidas internacionalmente pelas ativistas ocidentais não se encaixam com anseios de ativistas orientais e asiáticas – o feminismo se consolidou como um movimento o qual atingiu todo o mundo. O impacto do movimento foi garantido inicialmente pela movimentação de mulheres dentro da sociedade civil politizada na busca de reconhecimento em diversas áreas da sociedade global: na economia, na política e na propagação de cultura, por exemplo. E em Relações Internacionais não poderia ser diferente. A Teoria Feminista em Relações Internacionais surgiu como um meio de crítica ao *modus operandi* de se fazer RI, além de destacar que a mulher sempre teve influência em questões políticas globais, apesar de subjulgadas a um plano de inutilidade ou irrisório papel.

O que se pretende ao longo dessa segunda parte do trabalho é demonstrar que o movimento feminista, por meio da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, trouxe para a disciplina de RI novas maneiras de enxergar os paradigmas da matéria. Busca discorrer a origem dessa influência na disciplina, as áreas em RI que foram afetadas e como a teoria feminista atua na esfera de Relações Internacionais e no próprio mundo contemporâneo. Finalmente, objetiva descobrir como o movimento feminista conseguiu expandir as suas ideias além da diferença homem *versus* mulher e atrelar a si resultados benéficos das suas pesquisas e ações para a sociedade em geral.

## **2.1 A Sociedade Civil organizada e as Relações Internacionais.**

A sociedade civil organizada esteve reconhecidamente como insufladora de momentos históricos importantes. Revoluções, como a francesa, até ao movimento “Diretas Já”, no Brasil, não teriam modificado cenários tanto nacionais quanto

repercutido internacionalmente se por detrás desses eventos não existisse uma sociedade civil organizada. Para a presente monografia, analisa-se historicamente o período pós-Guerra Fria. Com o término entre a disputa de áreas de influências do *way of life* norte-americano, capitalista, mais precisamente estadunidense, e a ação comunista por parte da extinta União Soviética, o sistema internacional vivia uma realidade mais aberta para a discussão acerca da “ideia de que as relações internacionais poderiam ser conduzidas pelos ideais de democracia e do Estado de direito”<sup>30</sup>. Uma nova consciência dos direitos políticos e das liberdades fundamentais, que antes estavam acobertados pelo medo, inflou uma força para a emergente e ativa sociedade civil protestar em busca de uma revolução política e cultural globalizada. Como consequência dessa nova abertura democrática no globo, o cenário internacional almejava não mais uma democracia somente regional ou limitada geograficamente ao Estado, mas uma democracia com alcance global. E nesse contexto que o movimento feminista se apoiou para insurgir como uma teoria de Relações Internacionais com maior respaldo.

Tendo em vista essa nova situação dentro da comunidade internacional,

Primeiramente, a democracia tem de ser vista como um processo, e não somente como um conjunto de normas e procedimentos; e a democracia global não é apenas o fortalecimento da democracia em cada Estado Nacional, mas sim o fortalecimento de estruturas democráticas em nível regional e internacional nos quais o estado não é o único autor.<sup>31</sup>

É a partir desse ponto, na década de 90, que a sociedade civil surge com maior atuação em assuntos políticos tanto de cunho nacional quanto principalmente internacional. Gramsci diz que a Sociedade civil seria o mecanismo pelo qual o Estado atuaria de forma a permear a superestrutura através das instituições, como escolas e igrejas, que serviriam para que o Estado conseguisse com que seus valores pudessem se disseminar mantendo seu domínio dentro da sociedade politizada. Porém, o conceito mais utilizado será o das teorias pós-estruturalistas das décadas de 70 e 80, de acordo com as quais a sociedade civil poderia ser considerada uma “sociedade paralela” a do Estado, que apesar de estar dentro dele intrinsecamente e a ele se correlacionar, não

---

<sup>30</sup> EVANGELISTA, Ana Carolina Pires. *Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das Relações Internacionais*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa San Tiago Dantas de pós-graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

<sup>31</sup> EVANGELISTA, op.cit. p. 81-82.

mais é definido por meio dele e das suas instituições, mas sim é uma força que busca ir contra seus possíveis desmandos autoritários e que fortalecem a democracia<sup>32</sup>. Para que haja a contestação ou o fim da hegemonia propagada pelo Estado, educação e cultura seriam os alicerces dessa contestação.

Segundo Bobbio, atualmente,

Na contraposição Sociedade civil-Estado, entende-se por Sociedade civil a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em outras palavras, Sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais, e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associação, e de organização das forças sociais que impelem à conquista do poder político.<sup>33</sup>

Completa Evangelista que

aqueles que propõem uma nova definição para uma sociedade civil que se "globaliza", ao mesmo tempo chamam a atenção para a necessidade de mobilização de forças sociais e políticas no fortalecimento dos atores não estatais na política internacional – a promoção da democracia além fronteiras.<sup>34</sup>

Assim, a Sociedade civil dentro das democracias avançadas é fomentadora dos movimentos sociais os quais são respaldados pela participação muitas vezes fervorosa dos indivíduos integrantes dessa sociedade civil e que tem geralmente como objetivo serem contrários a possíveis desmandos estatais que prejudicam a sociedade em geral. Tais desmandos estatais, para a teoria feminista, advêm de valores sociais patriarcais masculinizados, como a necessidade de guerra e uso da violência, se necessária, para

---

<sup>32</sup> BOBBIO, Norberto. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Editores). *Dicionário do pensamento social moderno do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1996. p. 718. Verbetes: Sociedade Civil.

<sup>33</sup> BOBBIO, Norberto. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. *Dicionário de política*. v.2. 5.ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 1318p. p. 1210.

<sup>34</sup> EVANGELISTA, Ana Carolina Pires. *Perspectivas sobre a "sociedade civil global" no estudo das Relações Internacionais*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa San Tiago Dantas de pós-graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

manutenção da paz. E a força contrária da teoria é de que para a manutenção da paz não deve haver nenhum tipo do uso da violência, por exemplo.

Um fator importante a se observar é que a sociedade civil aqui analisada consegue, através da globalização e da redução do espaço-tempo, ir além das fronteiras nacionais. Nos dias atuais, pode-se falar em “sociedade civil globalizada”.

Em outras palavras, aqueles que propõem uma nova definição para uma sociedade civil que se "globaliza", ao mesmo tempo chamam a atenção para a necessidade de mobilização de forças sociais e políticas no fortalecimento dos atores não estatais na política internacional – a promoção da democracia além fronteiras.<sup>35</sup>

Fica evidente que a sociedade civil busca uma democratização maior não apenas dentro do seu território, mas de todo o sistema internacional. Isso se revela na teoria feminista, a qual tenta demonstrar que a democracia verdadeira não deve possuir excluídos. Que todas as minorias, não apenas as de gênero devem ter seus direitos humanos garantidos para poderem exercer de forma correta seus deveres sociais. E por isso pode-se dizer que uma sociedade civil global auxilia os novos atores insurgentes no cenário internacional a conquistarem um espaço nesse cenário controlado por Estados. Mas é claro e evidente que, mesmo apesar de possíveis divergências culturais presentes no globo, todas as ditas sociedades civis globais buscam a democratização do sistema internacional como um todo. E um dos principais meios que se utilizam para conquistar isso é por meio dos movimentos sociais, tema que será abordado a seguir.

## **2.2 O Movimento Social contemporâneo e sua influência em RI.**

Primeiramente, é necessário pensar a ação do movimento social em prol de sua inserção na política mundial de forma transnacional por meio dos organismos que são movimentados pelo intuito de se modificar realidades embasadas na democracia moderna. Pois “o acento sobre a existência de tensões na sociedade, a identificação de uma mudança, a comprovação da passagem de um estágio de integração a outro através

---

<sup>35</sup> EVANGELISTA, Ana Carolina Pires. *Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das Relações Internacionais*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa San Tiago Dantas de pós-graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.



de transformações de algum modo induzidas pelos comportamentos coletivos”<sup>36</sup> são fundamentos para a compreensão de um movimento social atualmente.

Por sua vez, primeiramente, o movimento social buscou ser apenas expositor ao Estado de problemas que mereciam visibilidade, devido ou à incapacidade estatal em lidar com eles ou pelo Estado não estar reconhecendo como problemáticos alguns setores sociais. Estes últimos variavam da questão problemática relativa ao insuficiente reconhecimento da inserção feminina na vida política e nas eleições, até ao descaso em relação ao meio ambiente.

Em outros momentos, indo além da mera identificação de falhas por parte do Estado na resolução de problemas, fosse pela incapacidade de atuar fosse por seu descaso, havia projetos saídos dos movimentos sociais que visavam exatamente a solução de tais mazelas e igualmente planos de ação que buscavam cumprir com as metas para resolvê-los. Assim, a atuação e engajamento desse novo agente paraestatal era uma realidade que merecia ser observada de forma mais atenta a partir de então.

O movimento social moderno confronta conceitos das teorias clássicas de RI. Para os clássicos, tais movimentos são a “manifestação da irracionalidade, um rompimento perigoso da ordem existente”<sup>37</sup>. Contudo, Gianfranco cita Weber dizendo que

Veem nos movimentos coletivos um modo peculiar de ação social, variavelmente inserida ou capaz de se inserir na estrutura global da sua reflexão, quer eles denotem transição para as formas de solidariedade mais complexas, a transição do tradicionalismo para o tipo legal-burocrático, quer o início da explosão revolucionária.<sup>38</sup>

No mesmo sentido Karin D. Renon afirma que

Muitos movimentos sociais desafiam estruturas institucionais, modos de vida e de pensar, normas e códigos morais. Na verdade os movimentos sociais estão intimamente ligados à mudança social, e

---

<sup>36</sup> GIANFRANCO, Pasquino. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. *Dicionário de política*. v.2. 5.ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 1318p. Verbete: Movimento Social.

<sup>37</sup> GIANFRANCO, Pasquino. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. *Dicionário de política*. v.2. 5.ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 1318p. p.787.

<sup>38</sup> GIANFRANCO. Op.cit.

vários aspectos das sociedades contemporâneas são provavelmente conseqüências das ações dos movimentos sociais.<sup>39</sup>

Corroborando com essas visões, ainda pode-se bifurcar o movimento social entre “fenômenos de coletivo agregado” e “fenômenos coletivos de grupo”<sup>40</sup>. O primeiro até poderá ser abarcado pela teoria clássica ao se ter o rompimento de ordem como objetivo, já que indica uma ação que está mais ligada a um conglomerado de indivíduos que visa agir de forma a desagregar e chamar atenção para algum objeto específico.

Por outro lado, no segundo fenômeno - o coletivo de grupo -, os envolvidos criam uma nova realidade de consciência coletiva que permanece enraizada tanto para os agitadores daquele movimento quanto para o restante da sociedade. São esses fenômenos que criam uma realidade paralela à existente de forma definitiva.

Considerando os movimentos sociais aqui como fenômenos de coletivo de grupo e não o de coletivo agregado, pode-se teorizar esse movimento através de análises de filósofos como Smelser, Touraine e Alberoni, citadas na obra de Pasquino, os quais dissertam sobre o comportamento coletivo. A definição de Smelser, por exemplo, elucidada por Pasquino, diz que

Os episódios de comportamento coletivo amiúde um primeiro estágio de mudança social, manifestam-se quando se apresentam condições de tensão, mas antes que os meios sociais tenham sido mobilizados para um ataque específico e quiçá eficaz às causas dessa tensão. Esta é uma das razões para definir o comportamento coletivo como não institucionalizado; isto se verifica quando a ação social estruturada está sob tensão e quando os meios institucionalizados para o domínio da tensão são inadequados. (...) O controle social bloqueia as tentativas precipitadas dos episódios coletivos quando em busca de resultados rápidos; além disso, se o controle social é efetivo, canaliza as energias dos fins coletivos para tipos mais modestos de comportamento.<sup>41</sup>

Com essa definição, pode-se deduzir que o movimento social deverá ser fora de um contexto institucional, na medida em que os movimentos sociais têm em sua origem

<sup>39</sup> D. RENON, Karin. In: *Dicionário do pensamento social moderno do século XX*. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Editores). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1996.

<sup>40</sup> Definição utilizada por Gianfranco Pasquino que remete à explicação dada por Alberoni.

<sup>41</sup> GIANFRANCO, Pasquino. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. *Dicionário de política*. v.2. 5.ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 1318p. p.788.

a modificação até muitas vezes de seguimentos dessas mesmas instituições, políticas, sociais ou econômicas. Caso fossem integradas a elas, não mais teriam uma força modificadora da realidade, mas sua atuação seria mais modesta, como explicitado por Pasquino. Assim, os movimentos sociais que de forma racional buscam trazer para a esfera social, política e econômica uma nova realidade para o sistema internacional, visando a ampliação da democracia e dos direitos individuais e coletivos por meio de modificações estruturais. Tais modificações criam um caráter revolucionário para os movimentos sociais, já que corroboram para que o objetivo que aquele movimento quer conquistar seja alcançado. E muitas vezes, os objetivos almejados acabam por quebrar com algum tipo de *status quo* do sistema internacional vigente.

A sociedade civil precisa adequar-se a novas realidades que ela mesma cria, já que os agentes que participam desse movimento são além de praticantes, eles se auto-influenciam pelos atos que praticam, transformando a história na qual estão inseridos. São tanto agentes quanto receptores da transformação. Sendo

O nível mais elevado (de mudança) é o de sistema de ação histórica, no qual os movimentos sociais agem tanto contestando quanto criando padrões culturais. A ação histórica, ou *historicidade*, é então a capacidade das sociedades de desenvolver e alterar suas próprias orientações, de gerar sua normatividade e seus objetivos por meio de um conflito social central, do qual os movimentos sociais são a principal expressão.<sup>42</sup>

Então, em concordância a essa revolução histórica de consciência política e cultural cuja essa estrutura social do Estado passa através das ações racionais do movimento social, pode se enquadrar diversos temas.

Surge assim a necessidade de se buscar quem são os agentes que lutam em prol de quais temas para que haja uma identificação de qual setor da sociedade, em qual nível, que há uma necessidade de mudança. O que querem mudar, de que maneira o farão: todos esses questionamentos são importantes para a criação sólida de um movimento e para a sua identificação dentre tantos outros.

---

<sup>42</sup> D. RENON, Karin. In: *Dicionário do pensamento social moderno do século XX*. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Editores). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1996. P.503.

Tal mudança seria oriunda de agentes que estariam não mais na periferia do sistema, mas sim atuando como agentes centrais. Seriam esses agentes centrais que liderariam os outros agentes excluídos a se unirem e encabeçarem uma mudança para a criação de uma nova realidade. De acordo com Bobbio,

Os primeiros a se rebelar não são os grupos mais oprimidos e desagregados, mas os que experimentam uma contradição intolerável entre a identidade coletiva existente e as novas relações sociais impostas pela mudança. Estes podem mobilizar-se mais facilmente, porque: 1) já contam com uma experiência de participação, isto é, conhecem os procedimentos e métodos de luta; 2) possuem já líderes próprios e um mínimo de recursos de organização que provêm dos vínculos comunitários ou associativos preexistentes; 3) podem utilizar redes de comunicação já existentes para fazer circular novas mensagens e novas palavras de ordem; 4) podem descobrir facilmente interesses comuns.<sup>43</sup>

Concluindo, os movimentos sociais são a essência de uma real mudança do pensamento na sociedade como também em Relações Internacionais. São o que dão a origem a trabalhos de ação por mudanças e pela formação de novas realidades regionais e internacionais.

Um exemplo de sucesso de influência no dinâmico campo das relações Internacionais foi o movimento de gênero corroborado pelo movimento feminista. Foi ao início da década de 80 que o movimento de gênero atentou-se mais profundamente à disciplina de RI, criando a Teoria Feminista de Relações Internacionais. Ainda muito recente ao se considerar seu surgimento no cenário internacional, a referida teoria trouxe novas reflexões e análises para os principais modos de observar os agentes internacionais primordiais: os Estados. E a partir desse ponto, conseguiu alcançar toda a comunidade internacional.

Toda essa realidade feminista contemporânea de RI será abordada a seguir.

---

<sup>43</sup> Citação de Bobbio em dicionário do Pensamento Social Moderno do Século XX, página 791, em referência ao pensamento de Melucci (1977) acerca dos agentes centrais nos movimentos sociais e seus fundamentos de atuação.

### 2.3 A Teoria Feminista, o movimento de gênero e as Relações Internacionais.

Desde que a sociedade ditou culturalmente o patriarcado como a relação basilar da família – onde o pai centraliza as funções de provedor – à mulher relegou-se o papel de dona de casa para procriar e educar os filhos. Contudo, com mudanças socioculturais importantes na sociedade no decorrer da história, os papéis masculinos e femininos tiveram de ser mais amplamente estudados. Tais papéis já foram discutidos por sociólogos e psicanalistas que pretendiam entender o porquê real de homens e mulheres serem diferentes além das suas questões biológicas. Então, resolveu-se não mais discutir o sexo, mas sim o gênero dos indivíduos.

Gênero e a relação entre o masculino e o feminino e suas consequências sociais daí advindas foi esmiuçada por Bourdieu quando esse diz que

O paradoxo está no fato de que são as diferenças visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino que, sendo percebidas e construídas segundo os esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações e valores que estão de acordo com os princípios desta visão: não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em *gêneros relacionais*, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, de ponto de honra (*nif*) caracteristicamente masculino; e instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido de gêneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas. Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmo.<sup>44</sup>

Nesse trecho, Bourdieu nos explica que não é necessariamente pela existência biológica do falo (órgão reprodutos masculino) que as relações sociais entre homens e mulheres são criadas. Ele elucidada, como exemplo, que a divisão do trabalho não é simplesmente baseada pelo sexo biológico. É uma visão cultural androcêntrica – baseada na visão masculina – que determina os papéis tanto na hora da divisão do trabalho quanto no restante das atividades do “cosmos”, que se pode interpretar como

<sup>44</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.32-33.

em todos os aspectos da vida social em todo o mundo. O que define esses papéis, e o gênero, na sociedade ainda é uma visão predecessora masculinizada que subjuga a mulher a um papel de não virilidade, pois não possui falo, simbolicamente a origem da virilidade masculina. Passos elucida que

A presença feminina foi sempre relegada e construída social e culturalmente como exclusiva do âmbito privado. Assim, reproduzir, cuidar da casa, das crianças e ser uma alma bondosa, caridosa e devotada não requereria uma feição pública. Por consequência, sequer o voto como ato público se colocava como um legítimo direito. Por oposição os homens, sempre presentes no plano público, mais viris – e “de almas nem tão bondosas” –, presentes na política interna ou política externa (como na guerra), poderiam ser os únicos dotados de tal direito.<sup>45</sup>

Assim, Passos traz um complemento à visão de Bourdieu de que a mulher teve seu papel social ligado ao interesse masculino de renegá-las ao ambiente doméstico. E a cultura antropocêntrica perpetuou ainda a figura feminina como “bondosa” e tal qualidade seria desprezível quando se fala em política, por exemplo. Passos traz a realidade de que o ativismo político feminino não era possível pela cultura social sexista que não permitia a “mulher caridosa” fazer parte do ambiente dito viril e sem espaço para bondades da política tanto nacional quanto internacional. Essa é uma representação de como gênero precisava e precisa ser rediscutido dentro da sociedade civil globalizada. Pois, com o passar dos anos, mulheres e homens ainda lutam para conquistar seu espaço seja no mercado de trabalho, segundo Bourdieu, como na atuação política, segundo Passos.

Há exemplos de algumas comunidades nas quais o gênero de uma pessoa não é necessariamente determinado pelo sexo biológico dela. O sexo dito “da alma” nessas comunidades irá depender de uma avaliação espiritual que irá além da simples análise do sexo reprodutor dos recém-nascidos. Será esse “sexo da alma” que permeará até a puberdade a vida do indivíduo<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Gênero e realismo político: uma análise. In: OLIVEIRA, Maria Odete de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. p. 102.

<sup>46</sup> HÉRITIER, Françoise. *Masculino Feminino: O pensamento da diferença*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 191-192

Françoise Héritier<sup>47</sup> ressalva entre tantos um exemplo de uma comunidade esquimó na qual uma menina, de sexo biológico feminino, ou melhor, de sexo aparente feminino, ao nascer, tem indicado por um xamã da tribo que ela seria a reencarnação do pai de sua mãe, tendo sua alma-nome masculina. Então, a partir dessa definição, ela é educada desempenhando atividades masculinas, chegando a ser vestida como tal. Apenas na puberdade que drasticamente ela deverá desempenhar um papel feminino, o que muitas vezes é traumático, como sublinha a autora. Esse exemplo mostra que a questão de gênero poderá ser relativizada quando o aspecto cultural também faz parte da criação de definições do masculino e do feminino e das ações que cada um deve desempenhar no conjunto social.

Ainda sobre essa questão, Judith Butler<sup>48</sup> elucida que a sociedade sempre esteve dividida por uma questão binária entre homens-mulheres: o falocentrismo<sup>49</sup> heterossexual impõe tal binarismo. Contudo, ela ainda difere o que vem a ser o sexo natural (dito pré-discursivo) e o gênero.

Assim como Héritier, o gênero em Butler é definido culturalmente pela sociedade na qual o indivíduo se insere.

As questões de gênero não envolvem somente diferenças de ordem anatômica, dado que expressam, antes, construções sociais. As particularidades biológicas que distinguem os sexos são atribuídos predicados que fixam papéis e *status*, estabelecendo entre homens e mulheres subordinação e hierarquia de diversas formas, ou seja, relações de poder.<sup>50</sup>

Assim definiu-se que o conceito de gênero e a qual gênero um indivíduo pertence é desenvolvido através da ação da cultura social nos indivíduos. E que a partir dessa definição, relações entre mulheres e homens são determinadas. O problema dessa relação é que a mulher muitas vezes é subordinada aos desmandos do homem pela sociedade. Pois originalmente credita-se ao homem a força maior e a mulher a

---

<sup>47</sup> HÉRITIER, Françoise. Op.Cit.

<sup>48</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>49</sup> Com referência ao falo, órgão sexual masculino, o falocentrismo indica uma centralização na imagem do homem, especialmente do homem heterossexual.

<sup>50</sup> JUNIOR, Raimundo Batista dos Santos. SANDES, Vítor de. Gênero e Política: trajetórias de utopias possíveis. In: OLIVEIRA, Maria Odete de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. p.124.

obediência. Renega-se à mulher um papel secundário em diversas áreas sociais, seja de cunho doméstico ou político e internacional. Assim, identifica-se que a questão de gênero é um ponto sensível tanto em estudos sociológicos e psicanalíticos quanto dentro da seara da política, seja ela nacional ou internacional.

Desse modo, apesar de sofrer uma retaliação por parte da identidade masculina que seria repressora, nada impede que um indivíduo, mulher ou de outra identidade de gênero<sup>51</sup>, rompa com esta realidade quando ele não se enquadra no que é dito “original” quanto ao papel que é cobrado dele.

Para Bourdieu<sup>52</sup>

Esse movimento de revolta contra uma forma particular de violência simbólica, além de suscitar novos objetos de análise, põe profundamente em questão a ordem simbólica vigente e coloca de maneira bastante radical a questão dos fundamentos desta ordem e das condições de uma mobilização bem sucedida visando a subvertê-la.

Ao entender que gênero é uma questão culturalmente criada e que há uma relação de poder que envolve a supremacia do masculino sobre qualquer outro gênero, é quase racional que haja esse rompimento com o lado masculinizado dentro da sociedade por meio dos grupos menosprezados.

A questão que surge é: será que isso é realmente algo que influencia as Relações Internacionais ou será algo apenas de objeto doméstico de cada país? Apoiando-se em todos os argumentos acima expostos, pode-se afirmar que o gênero pode ser considerado um dos novos atores internacionais. De acordo com Oliveira e Silva,

Conceber gênero como possível ator internacional importa responder a um conjunto de indagações, entre elas: sobre sua habilidade nas formulações de políticas à Agenda das Relações Internacionais contemporâneas, em especial sobre seu protagonismo e poder de

---

<sup>51</sup> Identidade de gênero ou transgênero, segundo o Manual de Comunicação LGBT (<http://www.abglt.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>) da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (ABLGBT) diz que é uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporais por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher).

<sup>52</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.143.



influenciar nas tomadas de decisão governamentais, além de sua capacidade de intervenção em conflitos, oferecendo instrumentos de mediação e de eficazes soluções para tais finalidades. Gênero, nesse sentido, vem evoluindo progressivamente. Se, ainda, não apresenta poder de decisão política no complexo âmbito da sociedade internacional, com seu forte poder de influência, entretanto, vem participando dos Fóruns Mundiais, destacando-se nos debates com os demais atores, articulando movimento de pressão social e política, mobilizando-se dinamicamente, divulgando suas teorias e práticas. Sua atuação, cada vez mais intensa, vem se tornando plural, já não podendo ser silenciado e tampouco desconsiderando no âmbito das Relações Internacionais, como ocorria anteriormente<sup>53</sup>.

Desse modo, não há como negligenciar a importância do gênero na discussão das Relações Internacionais.

---

<sup>53</sup> OLIVEIRA, Maria Odete de. SILVA, Andréia Rosenir da. Gênero como possível ator das Relações Internacionais. In: OLIVEIRA, Maria Odete de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. p.71.

### Capítulo III - A questão de gênero como agente na discussão da Agenda Internacional.

Por todo o trabalho discorreu-se sobre como os movimentos sociais da sociedade civil organizada, somando-se ao arcabouço teórico do Construtivismo e das Teorias Feministas em RI, deram maior legitimidade ao gênero como um novo agente internacional. Agente este capaz de trazer modificações na realidade de todo o globo. Contudo, ainda há questões intrigantes que devem ser feitas: por que ainda não há uma discussão maior sobre a questão de gênero dentro da agenda internacional? Gênero é mais ou menos importante que as questões econômicas dos países? Os organismos internacionais possuem interesse real na questão de gênero?

Bem, são muitas questões que precisam ser esclarecidas. Porém, já deve ser dito que infelizmente, apesar de existir uma onda recente de pesquisas, principalmente em países europeus e nos EUA acerca do assunto, o tema gênero não recebe uma atenção muito grande por parte tanto dos Estados quanto por parte dos organismos internacionais. E é justamente nesse ponto que este capítulo se debruçará.

Por exemplo, segundo Brooke Arckley<sup>54</sup> o poder de estar inserido ou de ser reconhecido como um tema a ser mais analisado na agenda internacional se dá pelo poder econômico e político dado através de doadores para o estudo dessa área. Ela cita que

Aqueles com o poder de alocar recursos políticos e econômicos para solucionar injustiças, têm autoridade para determinar quais questões são perguntadas para os propósitos da avaliação, Isto é, a forma de poder que os teóricos feministas chamam de poder da “epistemologia”, explicamos em poucas palavras como sendo a autoridade pela qual *sabemos* que algo é verdadeiro e não somente uma crença ou opinião.

Desse modo, observa-se que a questão de gênero para ser considerado um agente que promove mudanças na sociedade internacional tem de ser visto mais do que simplesmente como uma opinião de um determinado grupo ou como uma crença

---

<sup>54</sup> ACKERLEY, Brook. Teoria Feminista, justiça de gênero global e a avaliação da concessão dos doadores. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Unijuí, 2011. p. 195.

comum. Ela deve ter seu poder epistemológico comprovado para realmente estar dentro da agenda internacional.

Porém, ainda segundo a autora, grupos organizados de gênero e de direitos humanos têm dificuldade para conquistarem o referido financiamento monetário ou apoio político, devido às dificuldades que existem ao analisar tal tema. Pois “o custo de ignorar as formas menos visíveis de injustiças e mudanças numa sociedade é alto”; ela ainda ressalta que as “Feministas trabalham incansavelmente” para poderem sempre analisar essas questões de injustiça dentro da sociedade para evitarem “um custo humano se falharem em fazê-lo”.<sup>55</sup> Entende-se como custo humano um número alto de indivíduos que podem estar em condições degradantes, sofrendo injustiças e que permanecerão assim caso algum ponto dentro das pesquisas seja esquecido ou não bem analisado. E a questão de gênero, ao ser relegada muitas vezes a questões apenas domésticas<sup>56</sup>, acaba não se enquadrando como assunto de análise dentro da política de um Estado.

Brook ainda nos revela que

É difícil avaliar o esforço que trata da injustiça de gênero, ante a própria natureza das injustiças. Elas são padronizadas, mas constantemente acontecem como resultados agregados de interações individuais, e cada qual pode aparecer insignificante; são formas de injustiças ligadas a outras, tais como a pobreza e o meio ambiente e, com frequência, ocorrem nos “bastidores”, fora da visão pública.

Ao unir a dificuldade de se assegurar que realmente a totalidade de variáveis foram analisadas, as pesquisas sobre gênero acabam por ter sua validade contestada quando utilizadas para criação de ações efetivas para mudanças em cenários de discriminação, por exemplo.

---

<sup>55</sup> ACKERLEY, Brook. Teoria Feminista, justiça de gênero global e a avaliação da concessão dos doadores. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Unijuí, 2011. p. 196.

<sup>56</sup> Questões como estupro, violência doméstica, sexismo na economia e até os impactos de questões climáticas em mulheres são pontos que tem impacto em todo o globo. Porém, em determinados países, são dados difíceis de serem alcançados devido à questões culturais e religiosas onde mulheres não tem suporte estatal para denúncias ou não acreditam que a devam fazer. Seu papel é o de aceitar essas situações “caladas”.

Além do poder econômico e político, gênero é um tema que sofre muita influência da situação doméstica referente a cada país. Segundo Cotting

Devemos considerar também que agentes internacionais, sozinhos não são capazes de modificar as discrepâncias de gênero, pois fatores internos também são responsáveis por tais permanências como: a cultura, a religião, histórico colonial, industrialização, níveis de organização da sociedade civil, também influem no processo de inserção da mulher em esferas de poder [...].<sup>57</sup>

Desse modo, observa-se que para realmente ser estudado em RI e considerado mais vezes em debates internacionais, o tema gênero realmente deve superar obstáculos como enraizamentos culturais, religiosos e até históricos de cada nação. Evidencia-se assim que gênero precisa de todo o suporte da sociedade civil organizada, do trabalho de Organizações não governamentais (ONGs), de organismos internacionais e do próprio Estado para alcançar um alto patamar em RI.

No Brasil, a ONU Mulheres, foi criada no ano de 2010, para promover ações não só relativas à questão feminina, mas a questões de gênero e suas consequências para toda a humanidade. Recentemente, em setembro de 2014 foi realizado um encontro para celebrar os 20 anos da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em 1995, em Pequim, China. Isso indica que o tema vem sendo debatido já há algum tempo. A campanha lançada em maio, também de 2014, intitulada “Empoderar as Mulheres. Empoderar a Humanidade. Imagine!” serviria para, segundo o organismo, “mobilizar governos, cidadãos e cidadãs para imaginar um mundo em que a igualdade de gênero seja uma realidade e se unir a um debate mundial”.<sup>58</sup>

Com esse tipo de atuação das Nações Unidas, fica claro o forte interesse em resguardar os direitos civis já alcançados pelas mulheres e de ratificar o interesse em fazer com que mulheres de todo o globo os obtenham. Isso demonstra que há uma movimentação acerca do tema. Porém, é uma movimentação limitada se observarmos

---

<sup>57</sup> COTTING, Naiane Ribeiro. *A mulher nas relações internacionais e as relações internacionais para as mulheres: algumas considerações e ações*. Disponível em <http://internacionalizese.blogspot.com.br/2013/04/a-mulher-nas-relacoes-internacionais-e.html>. Acesso em: agosto de 2014.

<sup>58</sup> ONU Mulheres Brasil. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/?noticias=dialogos-integeracionais-pequim20-reunem-nesta-6a-feira-geracoes-de-ativistas-feministas>. Acesso em: setembro de 2014

que alguns países do Oriente Médio e da África a mulher ainda permanece dominada por leis extremamente cerceadoras de seus direitos civis. Tais leis, muitas vezes, são fortemente embasadas por questões religiosas e culturais há séculos.

Convém aqui demonstrar que há um apoio de organismos internacionais para ações que favorecem a noção de que o gênero necessita de primazia, ou ao menos uma maior participação, no âmbito dos estudos das Relações Internacionais. Exemplo disso se verifica no âmbito da União Europeia (EU) por meio da criação em 2010 do Instituto Europeu de Igualdade de Gênero (EIGE<sup>59</sup>, em inglês). O Instituto é descrito como parte autônoma que contribui e promove a igualdade de gênero por meio da inclusão de gênero como aspecto de importância em todas as políticas nacionais e da própria EU, e luta contra a discriminação baseada no gênero além de criar um ambiente igualitário para os cidadãos europeus. Trata-se da definição do principal motivo de existência do EIGE. Ele arrecada e difunde conhecimento acerca de gênero nos países membros tentando implantar políticas que corroborem com seus objetivos.

E não só a União Europeia ou as Nações Unidas que se mobilizaram para incitar a pesquisa em gênero e fomentá-la. O MERCOSUL e o BRICS (arranjo entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) também promovem a realização de reuniões sobre a questão de gênero em cada um de seus respectivos países. Contudo, como um dos principais objetivos tanto do bloco como do arranjo acima citados se restringe em grande medida às questões econômicas, a questão do gênero acaba perdendo sua relevância.

Enloy já dizia que

Nenhum indivíduo ou grupo social se encontra “nas margens” de qualquer rede de relacionamentos sem que algum outro indivíduo ou outro grupo tenha acumulado poder suficiente para criar o “centro” em outro lugar. Além de sua criação, existe anual e diariamente o jogo de manter a margem onde ela atualmente está e o centro onde agora o está. É mais difícil para aqueles que estão supostamente no centro ouvir as esperanças, os medos e explicações daqueles que estão nas margens, não por causa da distância física, mas porque requer recursos e acesso para serem “ouvidos”, quando e onde importam. Por

---

<sup>59</sup>European Institute of Gender Equality. Disponível em: <http://eige.europa.eu/print/29>. Acesso em: setembro de 2014.

consequente, aqueles residentes às margens tendem a ser definidos como “silenciosos”.<sup>60</sup>

Desse modo, está mais explícito que a questão de poder é o que define se um tema, um grupo será ou não analisados nas Relações Internacionais. Vai depender se esse tema ou grupo consegue fazer parte do dito “centro” das discussões. Caso contrário, será silenciado. E esse silêncio pode ser feito por meio de leis árdias para determinado grupo, no caso de mulheres e de pessoas transgêneras, por imposições políticas e/ou questões religiosas e culturais. Gera-se, conseqüentemente, discriminação.

Enloe cita que

Se alguém imagina que as relações desiguais de poder – aquelas que concedem ao analisar o luxo de só focalizar nas pessoas do topo, aqueles tomadores de decisão com portfólio de política exterior – são naturais (ou seja, quase naturais, tão firmemente ancorados em um lugar que a eles bem poderiam parecer naturais), então é muito provável serem desconfortavelmente sacudidos por qualquer tremor que prejudique esses relacionamentos de poder desigual.<sup>61</sup>

Tal fala demonstra ainda mais a necessidade da inserção de gênero na agenda internacional. Visto que, para criar um desconforto àqueles que analisam de forma quase que unilateral o que acreditam ser temas mais centrais para o desenvolvimento das relações internacionais.

Fica claro, assim, que apesar de existir uma extensa pesquisa acadêmica sobre a questão de gênero e com apoio de organismos internacionais, não se empodera gênero como um importante tema de discussão em RI. Gênero não é tema de discussão de centro em RI, pois o seu poder relativo é inferior comparativamente a outros, como o econômico e o político.

---

<sup>60</sup> ENLOY, Cynthia. Margens, silêncios e degraus inferiores: como superara a subestimação do poder nos estudos das relações internacionais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Unijuí, 2011. p. 260.

<sup>61</sup> ENLOY, Cynthia. Margens, silêncios e degraus inferiores: como superara a subestimação do poder nos estudos das relações internacionais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Unijuí, 2011. p.264.

Tudo isso ocorre a despeito do fato que ações, pesquisas e grupos ativistas já tenham demonstrado que gênero é um tema que abarca todos os seres humanos, e não apenas mulheres. É um tema que surge de uma minoria que poderia abrir um leque de novas opções e visões para solucionar problemas mundiais como discriminação, sexismo político, social e econômico. Ademais, poderia fornecer uma nova perspectiva de análise acerca do Sistema Internacional.

## CONCLUSÃO

Durante este trabalho buscou-se responder um questionamento. O mesmo pode parecer simples em um primeiro momento: por que gênero não é tão inserido na agenda internacional? Contudo, para responder a indagação, o caminho não é simples. Foi necessário fazer toda uma análise da atual situação das Relações Internacionais contemporâneas, pesquisando em bibliografias as teorias que corroborassem com a perspectiva de que gênero deveria estar inserido no centro de análises em RI.

Uma das dificuldades do trabalho foi justamente a coleta bibliográfica no tema gênero e RI, especialmente bibliografia nacional. Muitas autoras feministas, por exemplo, tentavam criar uma epistemologia própria ou de encontrar novos meios de gênero se inserir no contexto das relações internacionais. Contudo, não se aprofundavam em explicar os reais motivos da periférica situação do tema ou apontá-los de forma mais objetiva. Autoras – como Brooke Arckley e Judith Butler – que dissertaram sobre diversos aspectos da questão de gênero foram de grande valia. Assim como o livro de Maria Odete de Oliveira, que conseguiu compilar em uma obra grandes nomes da teoria de relações internacionais que dissertavam sobre o papel de gênero na disciplina. Já para a construção dos capítulos sobre o construtivismo, sociedade civil e movimentos sociais a bibliografia consultada foi vasta e muito enriquecedora.

Para suprir, então, a falta de bibliografias mais específicas acerca do tema abordado, tomou-se a iniciativa de criar uma linha de pensamento. Esse recurso foi utilizado para dar uma lógica ao tema, já que deveria ficar mais claro ao leitor que gênero faz parte das RIs contemporâneas. Seu estudo foi defendido por uma sociedade civil organizada que tem o respaldo de modernas teorias, como o construtivismo e a teoria feminista. Ao término do pensamento, apesar de todo o interesse no tema, gênero ainda é uma minoria resistente a uma centralidade de outros temas na agenda internacional.

Iniciou-se, então, a construção lógica do trabalho com o raciocínio e a constatação de que as Relações Internacionais e sua análise passaram por um processo de modernização. Após o bipolarismo mundial, efeitos da então Guerra Fria, teóricos de RI se viram obrigados a ampliar suas visões com relação ao que era o Estado. Além de



tentar encontrar uma nova posição para o que significava o ser Estado em uma nova realidade mundial. Novas teorias surgiram, incluindo novos agentes internacionais nas relações sistêmicas do globo. As visões tradicionalistas, como o realismo, se mantiveram coerentes com a proposta de que apenas o Estado é agente capaz de criar relações com os demais Estados no mundo anárquico cujos agentes estão correlacionados. Porém, com o surgimento e reafirmação de novos personagens no cenário internacional como organismos internacionais, como as Nações Unidas, e da formação de uma sociedade civil global organizada obrigaram a alguns teóricos a revisarem o que significaria ser um agente internacional. E como consequência dessa análise, algumas teorias surgiram e deram a esses insurgentes personagens a designação de agentes internacionais também. Não apenas o Estado, mas os organismos internacionais e o indivíduo, por intermédio da sociedade civil organizada, participariam das decisões domésticas do Estado e das questões internacionais. Assim, simplifadamente, o Estado permanece com o poder decisório do que ou não analisar e respaldar perante seus civis e perante todo o globo. Contudo, deveria levar em consideração a opinião e ideias dos outros novos agentes internacionais. Ademais, os novos agentes começaram a ter mais força em determinados momentos quando sua influência seria transnacional. Isso levaria os Estados em conjunto a decidirem sobre temas globais emanados dos anseios desses novos agentes.

Assim, foi preciso buscar na teoria construtivista, que faz parte do quarto debate em Relações Internacionais, o respaldo de gênero como um importante tema a ser analisado constantemente e ter primazia na agenda internacional. Pois, primeiramente, a teoria construtivista respalda o indivíduo como um agente internacional capacitado para estar ao lado do Estado como importante chave nos mecanismos de tomada de decisão estatais.

Desse modo, em segundo lugar, a teorização do construtivismo como uma base que apoia o indivíduo em seu papel de agente internacional é o que alicerça a linha de pensamento inicial deste trabalho. Já que gênero é um tema insurgente de reivindicações do indivíduo. Não apenas mulheres. Mas de seres humanos de diferentes gêneros que foram oprimidos por uma bagagem cultural heteromasculinizada da sociedade, seja ela doméstica ou internacional. E o construtivismo busca, exatamente, uma visão mais

humanizada das Relações Internacionais. E não mais uma visão centralizada apenas no Estado.

No decorrer do primeiro capítulo, explicou-se como o indivíduo, em seu papel de agente internacional, no anseio de ter suas reivindicações atendidas pelo Estado, tentou se comunicar com este. Essa comunicação advém da criação de uma cultura geral, resultado de uma parcela grande de indivíduos cujos anseios deveriam ter poder sobre as decisões estatais. Assim, o Estado torna-se dependente dos anseios do indivíduo na forma de sociedade civil organizada, já que um indivíduo pode iniciar uma onda de novas reivindicações, contudo, não fará mudança sem apoio de outros indivíduos e de forma organizada com o mesmo objetivo. Assim, gênero, como tema de importância para pelos menos metade da população mundial – se simplificarmos essa metade ser constituída por mulheres e a outra metade por homens – consegue o patamar de um tema que merece a atenção dos Estados no globo.

Ao explicar sobre o cenário atual e mais contemporâneo das relações internacionais e, demonstrar pela teoria construtivista que é por intermédio de uma união social civil organizada que o indivíduo irá se inserir e autoafirmar como agente internacional, foi preciso indicar o *modus operandi* dessa conquista desse poder de ação. E sobre essa pauta que o segundo capítulo debruçou-se.

A comunidade internacional teve de aceitar que essa sociedade civil organizada, agora globalizada, e considerada novo agente internacional, se fazia ouvir tanto dentro do seu próprio Estado quanto de forma global. Assim, recorreu-se a definição dos movimentos sociais para tal explicação.

Para alguns autores os movimentos sociais permaneceriam como atos ditos “irracionais”, já que seu único objetivo seria ir contra as racionais ações tomadas pelo Estado. Porém, explicações divergentes indicaram que os movimentos sociais são racionais ao ponto de irem contra um *status quo* do cenário internacional. Segundo essa lógica, os movimentos sociais trouxeram ao globo revoluções positivas que conseguiram melhorias para indivíduos em todo o mundo. Ao observar gênero como um tema que insuflou movimentos sociais desde o século XIX - e que permanece inflando até os dias atuais - fica claro que gênero é merecedor de maior atenção por parte do sistema internacional. Ainda no segundo capítulo, confirmou-se tal significado, pois, a

teoria feminista criou uma epistemologia própria de análise do sistema internacional embasada em gênero. O surgimento do feminismo no estudo e análise de RI, apesar de recente em comparação as tradicionais teorias, conquistou para o gênero uma importante relevância, já que criou novas formas de se analisar a anarquia do cenário internacional e a forma com a qual os Estados se relacionam.

Igualmente, no segundo capítulo, desenvolveu-se o conceito do que viria a ser gênero. Percebeu-se que gênero é mais do que estar atrelado ao seu órgão reprodutor e características biológicas. Gênero vai além do conceito de sexo biológico. Gênero é um construto cultural e social que define papéis dentro da sociedade. O fato interessante observado é que a definição do que é ser homem ou mulher ainda é embasada, curiosamente, na visão masculinizada do que é ser homem e mulher. E que a divisão de tarefas e obrigações sociais ainda é fundamentada nessa visão. Outro fato curioso foi entender que muitas das características ligadas ao homem, como virilidade e a violência são transpostas ao modo de se fazer relações internacionais. E ao estudar gênero como uma nova forma de se analisar RI, percebeu-se que o cenário internacional, se fosse observado empiricamente através do prisma de gênero, fora do conceito masculino, novas soluções para alguns conflitos internacionais, como a guerra, poderiam ser evitadas. Pode-se fazer tal afirmação na medida em que o diálogo e a não utilização de violência são pilares para gênero em relações internacionais.

Assim, gênero deveria ser um dos temas principais na agenda internacional: primeiramente, tem respaldo da sociedade civil global organizada, já que além de influenciar as mulheres em todo o globo, seu leque alcança transgêneros e em uma última análise todos os seres humanos. Movimentos sociais ampliaram a importância de discussão acerca de gênero para além do território doméstico, expandindo-o internacionalmente. E ainda existiu seu fomento e arcabouço teórico por parte da teoria feminista. Contudo, infelizmente, no terceiro capítulo, encerra-se o raciocínio do início do trabalho com a análise da realidade de gênero na agenda internacional: o seu poder real em comparação aos demais temas inseridos no cenário internacional é menor.

O terceiro capítulo constatou que mesmo com todo o respaldo que o tema gênero recebeu para tornar-se um tema relevante em RI, ele não consegue ser elevado a um nível de tema central, mas sim periférico. Isso ocorre principalmente por uma questão

de poder. Em segundo lugar, pela dificuldade de se analisar todos os fatos e variáveis ligadas ao tema, haja vista que muitos dados sobre gênero são de cunho doméstico de cada Estado. Em alguns países, principalmente africanos e do Oriente Médio, não há preocupação em revelar ou em até mesmo pesquisar esses dados.

Quando se menciona poder, observa-se que muitos países não alocam investimentos financeiros em estudos acerca de gênero. Ausência de investimentos em pesquisas em universidades, de auxílio a grupos ativistas, de conscientização da população sobre o tema, são alguns fatos que ilustram a falta de interesse em se aprimorar o conhecimento nesse âmbito. Além de financiamento, não há investimento político na área. Poucos são os governantes que dão primazia para o tema em seus debates ou dentro de parlamentos com projetos que envolvam gênero. Essa é uma triste realidade, sendo que há ONG's, organismos internacionais, como as Nações Unidas, que criaram agências ou institutos específicos que têm gênero como base para o trabalho realizado dentro de tais instituições. Pode-se citar como exemplo a ONU Mulheres Brasil, criada em 2010, ou ainda o Instituto Europeu de Igualdade de Gênero pela União Europeia, também criado em 2010, o que indica a preocupação dos demais agentes internacionais em fomentar e incentivar a disseminação e pesquisa em gênero em todo o mundo.

Outro ponto crítico que recai sobre o tema e que, conseqüentemente, limita a análise e a inserção no centro de discussões da agenda internacional é a dificuldade em obter reais informações em todos os países. Conforme já exposto acima, em algumas partes do globo, mulheres e transgêneros não possuem direitos civis reconhecidos ou são renegados socialmente por políticas embasadas em culturas de exclusão seculares, o que impossibilita a localização de dados e, conseqüentemente, prejudica o próprio o estudo sobre o tema. Pois, para se ampliar a importância de gênero em RI, seria necessária maior e mais complexa visão de diversas variáveis, as quais, sem o devido estudo ou sem os devidos dados prejudica o resultado final das eventuais análises. E com resultados que podem ser enviesados, as conseqüências de análises ruins podem se refletir negativamente sobre o reconhecimento formal do tema perante o cenário e comunidade internacionais.

Portanto, apesar do vasto interesse mundial no tema gênero, ele permanece silenciado pelos temas considerados centrais que possuem maior poder real dentro da agenda internacional do que ele. Observa-se nos países que, apesar de evoluções em conquistas sociais, ainda há uma maior preocupação com a segurança do Estado, focada em ações violentas, independentemente da situação dos cidadãos e cidadãs que neles residem. Trata-se de uma perda para a garantia real dos direitos humanos no globo.

Após analisar todos os pontos afirmados no decorrer do trabalho, acerca da marginalização do tema gênero na agenda internacional em detrimento de outros diversos temas, não se chegou a conclusões definitivas, muito menos estáticas e impositivas. Ao observar mais atentamente os percursos pelos quais a questão de gênero tenta se inserir nas prioridades tanto estatais quanto globais a partir dos movimentos sociais, conclui-se que há uma forma, um viés, atual e mais contemporâneo de se observar esse tema quanto com relação a sua inserção na discussão das relações internacionais. Além disso, as análises feitas nesta monografia sobre gênero demonstram que se pode observar o sistema internacional de uma maneira diferente. Do ponto de vista de uma minoria que criou uma nova maneira de interagir com a comunidade internacional e que criou sua própria epistemologia na tentativa de tornar-se mais uma visão dentre várias centrais. Ao criar uma nova análise do meio internacional, o gênero dá base ao aprimoramento dos resultados positivos de suas construções para além da diferença entre homens e mulheres. Traz uma visão mais humanista das RIs. Uma visão que ainda concorda com a grande importância que um Estado exerce quando há uma discussão internacional. Porém, humaniza esse Estado, lembrando-o que quem cria o Estado são os indivíduos. São os temas pungentes da sociedade civil organizada global que têm também importância nos processos de decisão em todo o globo.

Apesar de todas as premissas já abordadas da importância do indivíduo para as Relações Internacionais, o Estado, como agente que ainda detém um poderio maior em relação a outros atores na definição de ações e dos temas que serão abordados na comunidade internacional, é ainda uma forte estrutura que mantém as pesquisas e os assuntos de gênero silenciados.

Ao se fazer uma ilustração metafórica da situação, o Estado, apoiado pela cultura, religiosidade e agentes políticos não interessados em gênero, amordaçam o tema que sempre se rebela e arranca a mordaça e se faz presente nas discussões em RI. São alguns movimentos sociais, organismos internacionais, estudiosos e pesquisadores que não têm permitido com que o tema gênero permaneça silenciado.

Eventualmente, tal colocação pode parecer demasiadamente assertiva, ao se realizar a correlação com o amordaçamento, como a realização de um ato violento. Mas pode-se afirmar que ao não analisar com maior frequência gênero, e não propagar algumas das suas ideias renovadoras, o Sistema e a Comunidade Internacional acabam sendo induzidos por visões concêntricas ainda mais violentas e discriminadoras. Visões que esquecem muitas vezes que no contexto das relações internacionais, além de Estados, também há uma preocupação com os indivíduos que verdadeiramente são os que carregam as consequências dos atos estatais e das relações entre eles no globo.

Encontrou-se na teoria construtivista uma resposta mais adequada para embasar a inserção do indivíduo cidadão na definição de temas internacionais, como a de gênero, pois ela acredita que são as ideias pungentes da sociedade civil organizada que são capazes de modificar situações vividas por seus integrantes. Algumas situações dessas que merecem ser revertidas, pois estão muitas vezes dominadas por preconceitos, discriminação e isolamento de indivíduos dentro e fora dos Estados. Situações essas que prejudicam o desenvolvimento basilar dos direitos humanos. Fica claro, assim, que a sociedade civil organizada não deve ser uma sociedade tão somente observadora bem como não deve se manter inerte. Ao serem considerados como reais agentes produtores de eficientes mudanças transnacionais, devem se sentir empoderados e responsáveis pelas situações que vivenciam. E se não concordarem com determinada situação, devem buscar os movimentos sociais e teorias que corroboram para alcançar a mudança.

Desse modo, a questão de gênero se relaciona diretamente com movimentos sociais na produção de uma cultura coletiva acerca do tema. Engajados na tentativa de encontrar espaço na agenda internacional bem como na agenda internados Estados , o movimento é importante para levar ao conhecimento do maior número de pessoas em todo o globo.

Quanto maior o número de pessoas que estudam, divulgam e criam soluções para os questionamentos do tema, maior será a sua divulgação e seus resultados positivos para a comunidade internacional. O conhecimento compartilhado acaba por gerar essa cultura dividida dentro do globo. Ao compartilhar cultura, compartilha-se também mais respeito, mais tolerância ao próximo. Fatores esses que alcançam a utilidade fim das RI como um auxílio na manutenção da paz mundial.

Essa monografia buscou mostrar que gênero, apesar de ser um tema que existe desde o século XIX, é recente quando o temos relacionado às Relações Internacionais. E desde sua correlação com RI, busca a atenção necessária para se inserir na agenda internacional de discussão. Os meios para alcançar tal objetivo vão desde pesquisas científicas, estudos e análises do sistema internacional pelo grupo Feminista, até a criação de institutos independentes nas Nações Unidas, em blocos de integração como na União Europeia e em agrupamento como os BRICS. Isso demonstra que é um assunto de importância ímpar para todo o globo, pois, ao analisar gênero, consegue-se encontrar uma nova forma de análise para as relações estatais. Tal análise não busca a pretensão de se afirmar categoricamente como uma visão melhor que as tradicionais ainda vigentes; entretanto, afirma-se como uma nova possibilidade de se fazer Relações Internacionais. Voltada para a sociedade civil. Voltada para o ser humano. Independente de sexo, gênero ou qualquer outra característica sócio-biológica que possa se ter.

Ao analisar gênero neste trabalho, buscou-se aprimorar o número de estudos sobre o tema no país. Número esse baixo ao se comparar com a produção acadêmica desenvolvida ao redor do tema nos Estados Unidos e na Europa, especialmente. Conclui-se com a vontade de ainda continuar a pesquisa futuramente, aprofundando-a. Sempre como objetivo de fornecer novas possibilidades para as análises em Relações Internacionais e tentando colaborar da melhor forma possível para a minimização de conflitos, a valorização do indivíduo como agente internacional e a manutenção da real paz mundial.

## REFERÊNCIAS

ACKERLEY, Brook. Teoria Feminista, justiça de gênero global e a avaliação da concessão dos doadores. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Unijuí, 2011.

ACKERLEY, Brook. TRUE, Jacqui. Reflexividade em prática: poder e ética na pesquisa Feminista das Relações Internacionais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Unijuí, 2011.

ADLER, Emanuel. *O construtivismo no estudo das relações internacionais*. São Paulo. Lua Nova [online]. 1999, n.47, pp. 201-246. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: Novembro de 2013.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COTTING, Naiane Ribeiro. *A mulher nas relações internacionais e as relações internacionais para as mulheres: algumas considerações e ações*. Disponível em <http://internacionalizese.blogspot.com.br/2013/04/a-mulher-nas-relacoes-internacionais-e.html>. Acesso em: agosto de 2014.

DE CASTRO, Marcus Faro. *De Westphalia a Seattle: a teoria das Relações Internacionais em transição*. Brasília. 2001, n.20, pp. 42-47. Disponível em: [http://www.esamcuberlandia.com.br/ESAMC\\_arquivos/frameset\\_arquivos/home\\_arquivos/WestfSeattle.pdf](http://www.esamcuberlandia.com.br/ESAMC_arquivos/frameset_arquivos/home_arquivos/WestfSeattle.pdf). Acessado em: Novembro de 2013.

D. RENON, Karin. In: *Dicionário do pensamento social moderno do século XX*. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Editores). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1996.

ENLOY, Cynthia. Margens, silêncios e degraus inferiores: como superara a subestimação do poder nos estudos das relações internacionais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Unijuí, 2011. p.260.

European Institute of Gender Equality. Disponível em: <http://eige.europa.eu/print/29>. Acesso em: setembro de 2014.

EVANGELISTA, Ana Carolina Pires. *Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das Relações Internacionais*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa San Tiago Dantas de pós-graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.



GIANFRANCO, Pasquino. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. *Dicionário de política*. v.2. 5.ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 1318p.

HÉRITIER, Françoise. *Masculino Feminino: O pensamento da diferença*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

JACKSON, Robert; SORENSE, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Gênero e realismo político: uma análise. In: OLIVEIRA, Maria Odete de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. p. 102.

OLIVEIRA, Maria Odete de (Org.). *Relações Internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

ONU Mulheres Brasil. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/?noticias=dialogos-integeracionais-pequim20-reunem-nesta-6a-feira-geracoes-de-ativistas-feministas>. Acesso em: setembro de 2014

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 8. Disponível em: <http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam032/98048329.pdf>. Acessado em: 30 de novembro de 2013.